

CAPÍTULO 2

...dentre as condições necessárias ao desenvolvimento humano, está o estabelecimento de uma relação de vínculo entre a criança e os adultos que a acolhem e, logo, entre a criança e outras crianças de seu ambiente. Uma política que se apóie nesse princípio deve entender que o desenvolvimento consiste não apenas em uma tarefa conjunta, mas em uma tarefa recíproca – a criança não é a única que se desenvolve, mas também quem está com ela. A cada bebê que nasce, sua família renasce!

Para responder a questões sobre como encaminhar a organização de ambientes de desenvolvimento para crianças que atravessam situações de risco social, abordarei algumas considerações sobre a construção social da criança, um ser biologicamente social.

Sob um ponto de vista sociocultural, elaborado a partir dos trabalhos de Vygotsky e Wallon, a interação da criança com diferentes parceiros – adultos e crianças – atua como recurso para o seu desenvolvimento na medida em que lhe fornece condições para se apropriar de formas historicamente desenvolvidas de perceber, memorizar, emocionar-se e solucionar problemas, dentre outros aspectos. Tais formas são produtos da interação das disposições da espécie e do aparato cultural que a envolvem no decorrer de sua vida. Os aspectos biológicos e culturais, portanto, interagem na construção social da criança.

Partirei de um primeiro pressuposto: tomar os membros da família como parceiros privilegiados no desenvolvimento da criança pequena. Para explicá-lo, me basearei na experiência de quase 20 anos de trabalho da equipe do CINDEDI (Centro de Desenvolvimento e Educação Infantil), ligado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP).

O CINDEDI tem estudado a educação em creches e as condições para o favorecimento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças nelas atendidas, a educação das crianças com necessidades especiais em classes comuns e a questão da adoção e do acolhimento de menores em situação de risco social. Seus pesquisadores investigam não apenas os profissionais que trabalham com as crianças, mas as próprias crianças e suas famílias. Mantêm contato com outros profissionais da área de saúde e uma interface intensa com uma aplicação do entendimento do problema da criança dentro de um macro-sistema, o que os remete a trabalhar inclusive com sociólogos e advogados para mantê-los informados sobre projetos de lei que tramitam em Brasília.

Sua experiência em pesquisa, ensino e intervenção têm-nos levado a publicar os resultados de investigações e a realizar vídeos sobre os temas estudados, com o objetivo de usá-los em programas de formação de professores. Também elaboram documentos que os posicionam em relação a certas políticas que ecoam nas condições de desenvolvimento e de aprendizagem de crianças pequenas.

Um estudo do CINDEDI apontou que, dentre as condições necessárias ao desenvolvimento humano, está o estabelecimento de uma relação de vínculo entre a criança e os adultos que a acolhem e, logo, entre a criança e outras crianças de seu ambiente. Uma política que se apóie nesse princípio deve entender que o desenvolvimento consiste não apenas em uma tarefa conjunta, mas em uma tarefa recíproca – a criança não é a única que se desenvolve, mas também quem está com ela. A cada bebê que nasce, sua família renasce!

Projetos de qualquer natureza devem colocar seu foco nas atividades que as crianças desempenham. Estudos do CINDEDI constataram que, em ambientes onde o foco é na promoção do desenvolvimento da criança, onde há objetos e atividades mediadoras da ação infantil, os bebês são incentivados a engatinhar, andar, manipular objetos, buscar aconchego, brincar de esconde-esconde, observar com atenção e interesse outras crianças e outros bebês, cantar e dançar. As crianças um pouco mais velhas, além das ações descritas, apreciam jogos de faz-de-conta, cantam, dançam, disputam objetos, ouvem histórias, escrevem bilhetes, planejam festas, envolvem-se em investigações sobre animais, plantas e, principalmente, em brincadeiras, fazem amigos, choram e são consoladas, e muito mais.

A depender de sua experiência na interação com parceiros mais experientes, em práticas culturais concretas, elas nomeiam objetos, imitam pessoas ou outros elementos que observaram, aprendem a cuidar de si de determinada maneira, discriminam sons, traçam desenhos, formulam perguntas, elaboram respostas, constantemente significando o mundo à sua volta, influenciando-o e sendo influenciadas por ele. Assim, a criança apropria-se de novas formas de ação sobre o meio e desenvolve maneiras de sentir, agir e pensar ao mesmo tempo em que vai delineando o sentido de si, em um processo em que as significações que as figuras adultas constroem sobre a criança constituem fortes mediadores das condições de desenvolvimento que elas podem lhe proporcionar.

No caso da família, esta não apresenta apenas um cotidiano biológico, mas também uma maneira de funcionar, uma rede de significações que faz sentido para seus integrantes e na qual o bebê está inserido. A família possui uma cultura, que pode ser depressiva, violenta, às vezes violenta e festeira. Ou pode não ser violenta, mas muito apática, com poucas festas, dentre outras formas de existência familiar existentes em nossa sociedade, marcada pela desigualdade de acesso a bens sociais e culturais diversos.

Contudo, o desenvolvimento da criança não é avaliado apenas a partir das importantes significações recíprocas construídas nas interações de mãe, família e filho. Nos diferentes contextos cotidianos, as crianças apropriam-se de diversas competências sociais, a depender de suas condições pessoais e da forma como interagem com outras pessoas, com os objetos e as situações – elementos cheios de significações, que precisam ser interpretados por parceiros mais experientes. Nos ombros desses parceiros, a criança aprende a ver mais longe, a fazer conquistas. Eles ajudam-na a realizar ações que a levam além de si mesma, como se lhe dessem apoio para ver e significar o mundo e a si, em uma relação onde há cuidado e vínculo afetivo.

Ao lado desse conjunto de afetos e representações, existem práticas cotidianas que devem igualmente ser observadas. A criança brinca? Como brinca? Ela vê TV? De que maneira? Alguém lhe dá comida? Como isso acontece? Como foi comemorado seu aniversário? Em função disso, é necessário tornar as práticas culturais objeto de investigação. Tais práticas, para as quais uma visão acadêmica antiga não conferia importância, passam a ter, hoje, grande relevância, inclusive na promoção do desenvolvimento cognitivo. Isso pode ser observado quando uma criança e a mãe costuram uma meia que foi furada, preparam um bolo ou consertam um carrinho de madeira, tarefas que exercitarão o cérebro da criança, sua motivação.

Grande parte da aprendizagem se dá por observação, fazendo junto. Quem não observa as ações presentes em seu meio terá dificuldades em aprender como esse meio se estrutura. Uma mãe muito parada, pouco ativa, chorando será observada por sua criança, que aprenderá com essa inatividade, pois não se empresta a consciência apenas para o lado bom e saudável da criança. Um lado, digamos, doente de uma visão de si também é construído com o outro. Algo sempre está acontecendo na relação interpessoal. O papel educativo da comunidade, dos pais, dos educadores de creche consiste, como vimos, em erguer e sustentar uma criança para que veja longe, em mediar-lhe a construção de significações.

Mas é claro que não se deve esquecer que outras crianças constituem importantes parceiros da criança na formação de sua identidade. O CINDEDI tem investido muito em pesquisas de interação de bebês com menos de 1 ano. Suas análises, feitas a partir de uma perspectiva micro-genética, nos têm possibilitado constatar que eles gostam de ficar próximos uns dos outros, negociam intenções e significações muito precocemente. Se uma educadora sai por uma porta e algum bebê vai atrás, mas a porta se fecha, esse bebezinho, bem pequeno, fica parado diante da porta fechada, observado por outro bebê, dois meses mais velho, que se aproxima dele e tenta empurrar a porta, mas também não consegue abri-la. Esse bebê que tentou empurrar a porta dirige-se a uma educadora e a puxa na direção da porta, mas ela não o atende. Nesse momento, percebe-se que o segundo bebê foi capaz de apreender a intenção lançada pelo primeiro. Estamos nos referindo a bebês que tenham em torno de 10, 11 meses de vida.

Vê-se, no caso mencionado, a importância dos estímulos recíprocos como partilha de projetos, como formação de identidade. Um bebê conta as coisas para o outro do seu jeito. Mesmo o bebezinho pequeno mostra algo ao parceiro, não importa que não o entenda. A relação com o outro bebê constitui uma fonte muito forte de autoconhecimento, que vai-se alterando, ao longo da vida, em um processo em que a imitação constitui um instrumento fundamental: trata-se de uma comparação, de uma fusão.

Em função do que apresentei, o conhecimento e a utilização de redes de apoio como forma de compreender os contextos de criação das crianças, em diferentes grupos e camadas sociais, configura ponto importante no desenvolvimento infantil. Uma família ou mãe que atravessa com seu filho uma situação de vulnerabilidade social deve ser ajudada de diferentes formas e por diferentes instituições, que, para não segmentar a família atendida em direções antagônicas, precisam buscar uma integração de seus serviços para facilitar a troca de percepções e a adoção de procedimentos articulados.

ZILMA DE MORAES RAMOS DE OLIVEIRA

Pedagoga e Pesquisadora de Psicologia do Desenvolvimento da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP. Professora livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Autora do livro Educação Infantil: fundamentos e métodos e organizadora do livro Educação Infantil: muitos olhares.